Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil **Class.:** 127

Data: 3 de julho de 1980 **Pg.:**

Sociedade de indigenistas critica política da Funai

Brasília — O presidente da Sociedade Brasileira dos Indigenistas, José Porfírio de Carvalho, responsabilizou o Ministro do Interior, Mário Andreazza, "pelos atos etnocidas decorrentes da política indigenista adotada com a ocupação militar da Funai" e pela demissão de 21 funcionários do órgão. "Nós lhe encaminhamos uma carta relatando o que lá ocorria e a resposta foi a mais violenta possível" — disse o indigenista.

À noite, o gabinete do Ministro distribuiu uma nota afirmando que trata-se de um problema de ordem administrativa e interna da Funai e sobre a qual o Sr Andreazza não interfere. Informa que o presidente da Funai "tem poderes para adotar a decisão desta natureza" e que no tocante às diretrizes do Ministério do Interior, o presidente do órgão, Coronel Nobre da Veiga, "continua a receber toda a confiança do Ministro Mário Andreazza."

"Administradores de índios"

O Conselho Indigenista Missionário e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI — seção DF) também distribuiram nota lembrando que "de um só golpe, os Coronéis da Funai afastaram nada menos que 21 indigenistas, completando o total de 35 em menos de um mês. Com isso explicaram o que o próprio presidente do órgão declarou: "para administrar a Funai não é preciso entender de índio. É preciso entender de administração, exclusivamente. Os administradores de índio se livraram por uma suposta justa causa dos que defenderam o que devia ser a única justa causa da Funai: os índios".

Os indigenistas demitidos, reunidos ontem, denunciaram que a Funai contratou seis funcionários do INCRA, com salários superiores a Cr$ 100 mil para promoverem a demarcação com os critérios de demarcar onde não houver brancos, "quando deveria ocorrer o contrário: o INCRA consultar a Funai sobre a existência de índios em áreas a serem colonizadas".

Denunciaram, também, a adoção pela Funai, desde que índios xavantes ocuparam a sede em Brasília, de um "passe de guerra" para que os índios possam sair de suas aldeias. Este passe é fornecido pelo delegado da Funai na região e só é concedido para apenas dois índios. O delegado da Funai em Manaus, Kazuto Kazamoto, segundo os indigenistas, registrou comoíndios Munduruku, 45 invasores de suas terras, no posto indígenas de Coatá, no Médio Amazonas.

Para o Padre Antonio Iasi, assessor do CIMI, as demissões representam" mais uma prova de inabilidade dos dirigentes da Funai e, mais do que isso, de desonestidade, porque, numa administração honesta, acusada como foi esta, abriria uma sindicância. "A experiência do passado mostra que sempre se pretende utilizar o vazio de Brasília, em recesso, para lançar pacotes como esse".

PT quer convocar Coronel

O superintendente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, poderá ser convocado para depor na Comissão do Interior da Câmara em agosto, para explicar a demissão de 21 indigenistas que foram taxados de "indisciplinados" pela direção do órgão governamental. No mês passado, os funcionários demitidos escreveram uma carta ao Ministro Mário Andreazza pedindo que fossem apuradas as denúncias de corrupção e abuso de mordomia que foram feitas contra a Funai.

A convocação do Coronel Nobre da Veiga será solicitada pela liderança do PT, segundo informou, ontem, na Câmara, o Deputado paulista João Cunha. Na sua opinião, não é mais admissível que se continue a punir os denunciantes sem prévia investigação das denúncias.

O Sr João Cunha afirmou, ainda, que os funcionários demitidos da Funai escreveram aos presidentes da Câmara e do Senado reafirmando que a direção da superintendência do órgão é incapaz de promover a defesa do índio e sua ação é caracterizada pelo descumprimento das leis.